

# Duas prioridades num mar de prioridades

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

Escolher prioridades na área da educação não é trivial. São muitos desafios, que foram substancialmente ampliados pela covid-19, especialmente no que se refere às aprendizagens escolares e ao crescimento do abandono escolar. Antes da pandemia — dados de 2019 —, os resultados das avaliações mostravam que, de cada 100 estudantes que concluíam o ensino médio na rede pública, apenas 7 haviam aprendido o que seria esperado em matemática. A cada ano, em média, 500 mil jovens abandonavam o ensino médio, o que significa um jovem deixando a escola por minuto.

Uma tragédia para um país que está em franco processo de mudança na sua janela demográfica até 2030, e que, na prática, não poderia se dar ao luxo de perder nenhum jovem. O topo da pirâmide demográfica está alargando e crescendo, enquanto a base não para de encolher. A sustentabilidade de qualquer país, nesse e em qualquer cenário, passa necessariamente por uma juventude bem formada.

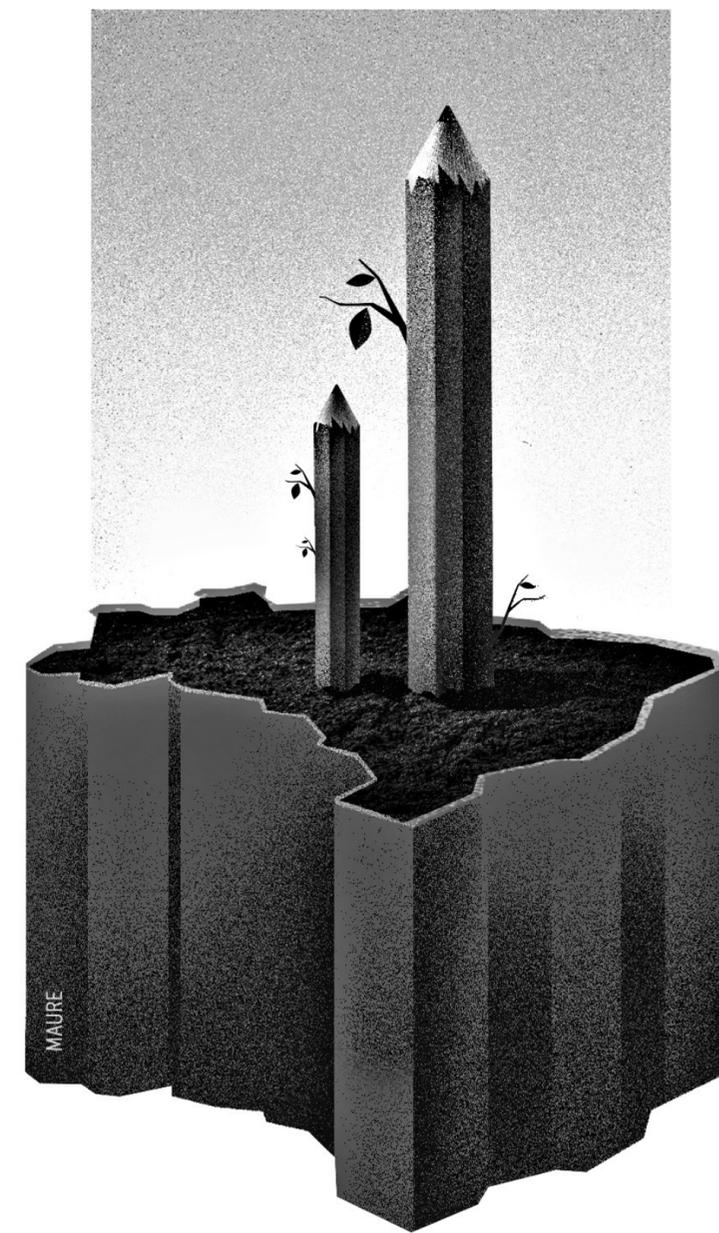
Mas o Brasil tem uma bússola importante para reverter esse quadro do Ensino Médio: basta dar escala, como já vem acontecendo, ao modelo de escola de ensino médio em tempo integral (Emti) iniciado em 2004 no estado de Pernambuco. Trata-se de um modelo em que o jovem se encontra no centro no processo de ensino e de aprendizagem; ele é protagonista do próprio desenvolvimento, com maior autonomia para tomar decisões com foco no seu projeto de vida.

Não se trata, portanto, de mais tempo na escola, mas de uma escola que dê significado ao jovem que, na prática, quer uma escola que caiba na vida. Concebe-se assim para esse jovem uma escola de tempo integral com educação integral. Esse modelo levou Pernambuco da 21ª posição, em 2007, para as três primeiras posições desde 2015 no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Se eu tivesse que definir duas prioridades para os próximos anos, em termos de etapa e modalidade educacional, não teria dúvida em apontar um forte trabalho para os anos finais do ensino fundamental, inspirado nesse modelo de escolas Emti, e a expansão de vagas no ensino técnico, olhando para uma oferta que atendesse à demanda do território.

Os ganhos de aprendizagens nos anos iniciais do ensino fundamental que o país vem conseguindo ao longo da última década não são verificados nos anos finais. De cada 100 alunos da rede pública no Brasil que terminaram em 2019 o 5º ano do ensino fundamental, 47 aprenderam o que seria esperado em matemática; e, ao final do 9º ano, esse percentual desaba para 18. Nem mesmo o estado do Ceará, que tem excelentes resultados nos anos iniciais, consegue manter o mesmo patamar de excelência nos anos finais; esses números são, respectivamente, 53 e 25, como se pode ver no portal QEDU — [qedu.org.br](http://qedu.org.br).

Já no caso da segunda prioridade, a expansão do ensino técnico atrelada à demanda regional/local, atendendo a uma meta que promova a empregabilidade e o desenvolvimento profissional do jovem brasileiro, é fundamental para o desenvolvimento social e econômico



do país. Estima-se que, de cada 100 jovens que concluem o ensino médio no Brasil, apenas 22 vão para o ensino superior. É preciso ter uma política para esses 78 jovens, de maneira que o ensino médio não represente o teto no seu projeto de vida. Ter uma política de pós-médio é essencial para que o país reduza o elevado número de jovens — que são mais de 13 milhões de 15 a 29 anos — na categoria dos nem-nem, que nem estudam nem trabalham.

Naturalmente, cuidar da qualidade da formação de nossos professores e da profissionalização da gestão escolar são pontos de partida (e não de chegada) para que tudo isso aconteça. Sem bons professores, bem

formados e valorizados, o Brasil não avançará, pois, dentre os fatores intraescolares, a qualidade do professor é o mais importante para a aprendizagem escolar, seguida de perto pela qualidade da gestão da escola.

Para esses dois temas, o Brasil, através do Conselho Nacional de Educação (CNE), produziu dois importantes documentos que podem contribuir sobremaneira para a qualidade da educação. É preciso agora ter vontade política para implementá-los. Concluo lembrando o velho ditado segundo o qual não se faz omelete sem quebrar ovos. Foi assim que implementamos em Pernambuco o modelo de escolas de ensino médio em tempo integral (Emti).

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Na dúvida, vá para a casa

Como a primeira coluna diária da capital, desde Abril de 1960, este espaço de diálogo aberto e franco com os pioneiros vem lutando em defesa de Brasília. Desde logo, tínhamos em mente que o sucesso na consolidação da nova capital, um fato que contrariava muitos brasileiros, que não aceitavam a perda de hegemonia política e administrativa do Rio de Janeiro, significaria a sobrevivência deste espaço e do próprio **Correio Braziliense**. O fato de nascerem juntas, Brasília e a coluna *Visto, Lido e Ouvido*, ligou, de forma vital, este espaço aos destinos da nova capital.

O sucesso, ou o fracasso da capital, selaria o destino do jornal. Não por outra razão e por se colocar de forma intransigente na defesa da nova capital e dos ideais daquele distante 1960 que guiavam o espírito e as mãos do então presidente Juscelino Kubitschek, esta coluna sofreu dura oposição e, assim como o mandatário daquela ocasião, aguentou firme, porque, no íntimo, vislumbrava que era o melhor para o país, para os brasileiros e sobretudo para os candangos que para aqui vieram, sem titubear, construir um novo modelo de cidade.

O tempo mostrou que estávamos no caminho certo. Mais do que isso: o tempo e as transformações extraordinárias ocorridas nas últimas décadas no mundo, no Brasil e, particularmente, em Brasília, acabaram por apresentar novos desafios e novos problemas para jovem capital.

Ari Cunha, ciente de suas responsabilidades históricas e dos seus compromissos, mais uma vez, permaneceu ao lado de Brasília e dos brasilienses, apontando erros, mostrando soluções e buscando sempre trazer para o leitor a oportunidade de reflexão sobre esses momentos. Assim, na chamada emancipação política da capital, uma manobra urdida a toque de caixa e sem debate aberto com a população local, sobre suas consequências para a cidade, esta coluna se posicionou contra a medida, pois não tinha dúvidas de que a mudança, sob o manto falso da representatividade democrática, acarretaria sérios transtornos para a capital e representaria uma mudança drástica de direção, contrariando o que havia planejado JK e todos aqueles diretamente envolvidos na construção da cidade.

Não deu outra. A representação política trouxe para a capital, todo um conjunto de problemas sofridos em outras cidades, a começar pela partilha administrativa da capital, entregue em mãos de pessoas, que, na sua maioria, ou não eram pioneiros legítimos ou não demonstravam amor ou carinho pela cidade. A transformação das terras públicas em moedas de trocas políticas, dentro da noção mesquinha: um voto, um lote, provocaria estragos irreversíveis para a capital.

Áreas reservadas a futuras barragens para abastecer a capital de água de boa qualidade e em abundância foram transformadas em assentamentos. Áreas de preservação ambiental viraram, da noite para o dia, residenciais, tudo feito por incentivo de políticos que agiam, inclusive, fornecendo material para as invasões. Escândalos se seguiram, mas os prejuízos eram fato consumado.

Esta coluna, a todo o momento, não se intimidou, denunciando essas mazelas e crimes contra os brasilienses e o futuro da capital. Ainda hoje, esses problemas se repetem. Ainda hoje, mantemos a linha de proteção à capital aberta por Ari Cunha. Denunciamos esses fatos, mesmo sob ameaças e outras intimidações. A violência, o congestionamento dos serviços públicos, a invasão silenciosa que vem sendo feita mesmo na área tombada, com a proliferação de barracos de lata, espalhados até pelos pontos de ônibus, mostra bem a face nefasta e as consequências danosas de uma representação política mal feita e muito bem remunerada, que custa bilhões aos contribuintes e sorvem recursos que poderiam, muito bem, ser destinados à áreas realmente prioritárias.

A invasão de espaços nobres, como a Floresta Nacional, ameaçado de ver diminuídas suas áreas naturais para a implantação de novos assentamentos, mostra que vamos nos aproximando do limite da razão e ficando, a cada dia, mais parecidos com o restante das cidades do país, onde os problemas e as más ações políticas se multiplicam.

Quando colocamos o dedo na ferida, logo surge um falso defensor desse tipo de democracia, que usa o bem público para alavancar candidaturas nocivas a capital. Agora, vemos o absurdo representado pela candidatura de pessoas financiadas, com altas somas de dinheiro, pelo crime organizado, que manda e desmanda nas áreas que controlam, dizendo quem pode ou não fazer campanha nesses locais.

A aproximação das eleições, sobretudo aquela envolvendo a candidatura de políticos locais, deve ser muito observada pelos brasilienses. Ou a escolha errada, naquele político oportunista e sem valores éticos, significará uma ação a mais visando inviabilizar a vida na capital, para a população e para o próprio eleitor.

A pandemia fez aumentar, ainda mais, a distância entre o cidadão e a Câmara Legislativa, por isso mesmo é preciso muita atenção antes de entregar os destinos de sua cidade em mãos desconhecidas. O prejuízo pode retornar para você, em dose dupla e muito antes do que imagina. Todos nós percebemos que estamos imersos em tempos muito estranho, rodeados de problemas e sem soluções à vista. Desse modo, torna-se mais do que necessário a tomada de um compromisso íntimo: não votem em pessoas sem amor pela cidade e por sua gente. Na dúvida, vire as costas e vá para a casa.

### » A frase que foi pronunciada:

“Fazíamos música sentados no gramado das superquadras de Brasília, em casa, na faculdade. Era uma época criativa, mais ingênua, em que as pessoas se divertiam mais, brincavam mais.”

Katya Chamma

### » História de Brasília

Mas vamos ao avião que fica a três quilômetros da Praça dos Três Poderes. Ontem, não ouve aula. O vento jogava chuva sobre os alunos, porque a escola não tem janelas. As tábuas vão até certa altura e, por diante, o tempo é quem determina a assiduidade. (Publicada em 10/3/1962).

## Renovação de ferrovia vantajosa para quem?

» BERNARDO FIGUEIREDO

Economista, foi diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Notícia de que o Ministério da Infraestrutura (Minfra) estaria disposto a enviar ao Tribunal de Contas da União (TCU) nova proposta de modelagem para a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) até dezembro (leia-se antes do término do atual mandato de Jair Bolsonaro) acendeu um alerta vermelho entre todos que se interessam por investimentos e melhorias na infraestrutura brasileira. O incômodo dessa suposta corrida contra o tempo pela prorrogação por mais 30 anos do contrato de concessão da ferrovia firmado com a FCA vem de uma palavra-chave: vantajosidade.

É esse o principal critério que a Lei 13.448/17 prevê para a renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias brasileiras e que serviu de norte para as quatro realizadas até o momento: Malha Paulista (Rumo) em maio de 2020; Ferrovia Vitória Minas e Estrada de Ferro Carajás (Vale) em dezembro daquele mesmo ano; e Malha Sudeste (MRS), em 29 de julho deste ano.

Apesar do termo vantajosidade dar margem a análises subjetivas, a lei deixa explícito que a aprovação da renovação desse tipo de contrato implica antecipação de investimentos capazes de promover maior eficiência e aumento de capacidade. Trocando em miúdos: as prorrogações de contratos de concessão ferroviária estão condicionadas a grandes investimentos em curto prazo.

Não poderia ser diferente num país cujo

governo reafirmou diversas vezes ter como meta levar as ferrovias a responderem por mais de 40% da matriz de transporte até 2030 — a derradeira saída para evitar que o setor logístico seja estrangulado pela demanda crescente do agronegócio e dos diversos setores da indústria do Brasil.

A vantajosidade também deveria ser a premissa para a renovação da FCA, maior concessão brasileira em termos de extensão, com 7.860 quilômetros que passam por mais de 300 municípios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. No entanto, a modelagem financeira desenhada para essa prorrogação segue na contramão do que foi firmado nos outros contratos de concessão.

Dos R\$ 13,8 bilhões em investimentos previstos, mais de 10,5 bilhões serão destinados à manutenção da ferrovia. Dos R\$ 3,3 bilhões que sobram para aumento de capacidade, mais de 75% estão reservados à compra de locomotivas e vagões, sem prazo definido e com alocação nos últimos cinco anos do contrato. Como o governo pode cogitar uma renovação que destine os recursos mais relevantes para daqui a duas décadas?

Há outros pontos discrepantes que merecem questionamentos. O primeiro é o fato de os estudos apresentados no projeto não apresentarem nenhuma destinação de recurso para resolução de conflitos urbanos. Soma-se ainda a devolução de mais de 4 mil quilômetros de ferrovia, reduzindo em mais de 50% os trechos sob responsabilidade da concessionária,

sem que sejam apresentadas alternativas para exploração dos trechos descartados e nem o cálculo das indenizações a serem pagas pela deterioração desses trechos, conforme deliberação do TCU no mês passado, em que recomendou à ANTT maior rigor na fiscalização e devolução de trechos abandonados.

Ainda nas entrelinhas das normativas da Lei 13.448/17 é exposta a necessidade de discutir as renovações antecipadas como parte estruturante do desenvolvimento do sistema de transporte ferroviário nacional. Nesse sentido, apesar de abranger oito estados, os investimentos da renovação antecipada da FCA estão concentrados no trecho que passa por Minas Gerais, mais especificamente no trecho que alimenta o terminal portuário da VLI em Santos.

Finalmente, o aumento da capacidade operacional da ferrovia, prevista para os 35 anos do novo contrato, é de apenas 18% (de 28,2 milhões de toneladas/ano para 33,3 milhões de toneladas/ano), ou seja, menos de 0,5% por ano. É difícil entender as razões que levam o Ministério da Infraestrutura a seguir adiant com a prorrogação do contrato antecipado nos termos propostos e no apagar das luzes. Sem aumento de capacidade, sem antecipação de investimentos e sem soluções para os conflitos urbanos, seguiremos com uma ferrovia do século passado em atividade em pleno século 21. A sociedade civil, resta a pergunta que segue sem resposta: qual a vantagem da renovação antecipada da concessão da FCA?